

Empregos Verdes para os Pobres:

Porquê a Abordagem de Empregos Públicos é Necessária Agora

por Maikel Lieuw-Kie-Song, ex-Diretor da Unidade EPWP do Departamento de Empregos Públicos da África do Sul, atualmente pesquisador independente e consultor e Radhika Lal, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

No contexto dos desafios econômicos e ambientais que o mundo enfrenta atualmente, tem havido apelos por um *New Deal* Verde e Global (ver, por exemplo, PNUMA / OIT / IOE / ITUC, 2008). Tais apelos têm destacado os benefícios, em termos de criação de emprego, advindos dos investimentos “verdes”, principalmente aqueles que visam acelerar a transição para economias de baixo carbono. Inovações nas políticas dos países em desenvolvimento, particularmente na África do Sul e na Índia, também demonstram o valor das atividades ambientais geradoras de empregos na recuperação ou melhoria do acesso a bens e serviços ambientais públicos, bem como no aprimoramento da vida produtiva dos pobres. Este *One Pager* descreve a justificação econômica por trás da promoção destes tipos de “empregos verdes” e da adoção de uma abordagem de “empregos públicos” neste sentido.

Em muitos países em desenvolvimento, as áreas críticas para o contínuo funcionamento dos ecossistemas requerem atenção urgente. Diversas atividades envolvidas — por exemplo, plantio de vegetação nativa, remoção de espécies invasoras, construção de estruturas que reduzem a erosão, proteção das reservas e gerenciamento de bacias hidrográficas — são altamente trabalhosas e têm o potencial de criar emprego para os pobres. Os benefícios destes investimentos destinam-se geralmente às comunidades pobres e locais e os rendimentos gerados por tais atividades ambientais benéficas também aliviam as pressões da exploração do meio-ambiente.

Até recentemente, porém, esses tipos de investimentos não recebiam o reconhecimento que lhes era devido na área de redução da pobreza de políticas ambientais tradicionais. Lieuw-Kie-Song (2009) argumenta que, em primeiro lugar, isto se deve ao fato dos benefícios de investimentos ambientais, embora muitas vezes claros, ainda serem difíceis de quantificar com precisão. Como resultado, é difícil tais investimentos competirem por recursos com os outros tipos de investimentos cujos benefícios podem ser quantificados com mais facilidade. Em segundo lugar, a falta de “mercados funcionais” para a maioria dos serviços ecossistêmicos agrava esta dificuldade, já que há pouco reconhecimento do valor dos serviços prestados pelos ecossistemas; atualmente, não parece haver mecanismos de mercado para fomentar o nível necessário de investimentos em recursos naturais.

Lieuw-Kie-Song propõe uma estrutura para a análise de investimentos ambientais, baseada nos recipientes de tais benefícios. O estudo afirma que, em muitos casos, os governos devem assumir a liderança na realização destes investimentos, lançando mão de programas públicos de emprego, porque: (i) a criação de empregos para os pobres deve ser parte integrante das estratégias de redução da pobreza; (ii) quando os benefícios gerados por estes investimentos destinam-se diretamente aos pobres, o governo deve agir dentro de sua atribuição de reduzir a pobreza; (iii) os governos têm um papel a desempenhar quando os mercados estão falhos ou disfuncionais; (iv) fica cada vez mais claro que os riscos de não investir em recursos naturais são enormes, tanto em termos da escala do impacto quanto dos potenciais danos em longo prazo, muitas vezes irreversíveis; e (v) mesmo que os benefícios não possam ser quantificados com precisão, eles muitas vezes são acumulados pelo governo, direta ou indiretamente.

O estudo de Lieuw-Kie-Song explora programas como a iniciativa da África do Sul intitulada “*Working for Water*” (“Trabalhando pela Água”), que começou em 1995 e, até 2009, já tinha retirado vegetação invasora de 856.000 hectares. Isso resultou não só no aumento dos fluxos hidrológicos e da disponibilidade de água, mas também na melhoria da produtividade da terra, na manutenção da biodiversidade em áreas ecologicamente sensíveis, onde as plantas invasoras muitas vezes invadem e dominam as espécies nativas, na maior resistência a incêndios e no apoio à conservação de muitas áreas e reservas protegidas e de suma importância para a crescente indústria

turística sul-africana. O programa gerou uma série de outros programas públicos de emprego, como *Working for Wetlands* (Trabalhando pelas Zonas Úmidas), *Working on Fire* (Trabalho sobre o Fogo), *Working for the Coast* (Trabalhando pelo Litoral), *Working for Tourism* (Trabalho pelo Turismo) e *Working on Waste* (Trabalho sobre Resíduos). Também estão sendo preparadas propostas para outros programas, tais como o *Working for Energy* (Trabalhando pela Energia). Este último se concentra em atividades para a redução das emissões de gases de efeito estufa, como a instalação de aquecedores solares de água, melhoramento da eficiência energética dos prédios estatais e geração de energia a partir de resíduos de biomassa.

Além disso, o estudo analisa exemplos do Esquema Nacional de Garantia de Emprego Rural (NREGS, *National Rural Employment Guarantee Scheme*) da Índia, que tem um forte componente de gestão de recursos naturais, particularmente nas áreas de captação de água e gestão de microbacias hidrográficas. Em vários casos, os projetos de geração de emprego têm ajudado a aumentar a produtividade agrícola e a melhorar a subsistência dos agricultores pobres, embora a sustentabilidade dos insumos possa vir a se revelar problemática.

A atual crise econômica global e as preocupações sobre mudanças climáticas estão estimulando uma reavaliação profunda do papel do Estado na economia. Esta revisão está sendo estimulada, em parte, pelas evidências emergentes da importância de grandes programas de assistência social no aumento da resiliência econômica e social. Além disto, cada vez mais se reconhece a necessidade de maiores investimentos na gestão dos recursos naturais e do meio-ambiente. Programas de empregos voltados para o meio-ambiente representam uma sinergia entre estas duas mudanças; eles merecem nossa atenção e consideração agora — não só como medidas de mitigação de crise, mas também como intervenções políticas importantes para o crescimento inclusivo e sustentável.

Referências:

- Lieuw-Kie-Song, M. R. (2009). 'Green Jobs for the Poor: A Public Employment Approach', *Poverty Reduction Discussion Paper PG/2009/02*. Nova York, PNUD.
PNUMA (2008). *Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World*. Nairobi, PNUMA.